

O mundo do trabalho e a pandemia de Covid-19: da plataformização acelerada a suas afecções na vida do trabalhador¹

Caroline Delevati Colpo²
Diogo Felipe Vieira de Oliveira Pinheiro³
Maria Lívia Pachêco de Oliveira⁴

Resumo

A chegada inesperada da pandemia de Covid-19 afetou de forma direta o mundo do trabalho, forçando muitas profissões a uma transição brusca, sem nenhuma preparação, para o modelo de trabalho plataformizado, gerando novas formas de executar o trabalho, novas afecções e ainda desconsiderando os marcadores sociais que caracterizam o trabalhador. A partir desta conjectura, o objetivo deste artigo é analisar a aceleração massiva da plataformização do trabalho em face da pandemia de Covid-19, com possíveis formas de afecções na vida do trabalhador em regime de *home-office*/teletrabalho. Essa análise é realizada por meio de uma abordagem crítica ao neoliberalismo, utilizando da pesquisa bibliográfica e exploratória, além da análise de dados disponibilizados na internet e em referências acadêmicas.

Palavras-chave

Plataformização do trabalho; afecções; pandemia; neoliberalismo.

Introdução

No ano de 2020, o mundo foi surpreendido com uma pandemia de um vírus ainda desconhecido para a sociedade. O novo coronavírus (Sars-Cov-2), que ficou popularmente conhecido como Covid-19, surgiu de forma avassaladora e mudou completamente a vida dos seres humanos, desde os hábitos de autocuidados e novas formas de interações entre as pessoas até a reinvenção das atividades de trabalho. O que era considerado “normal” ganhou uma perspectiva nova após o isolamento social, que foi acontecendo de forma gradual, conforme o contágio pelo vírus ia avançando ao redor do mundo.

¹ Trabalho apresentado no Espaço Graduação, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Midiáticas e professora do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Pesquisa CACTO – Comunicação, Afeto, Cultura, Trabalho e Organizações. Doutora em Comunicação Social pela PUC/RS. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC/RS e graduada em Relações Públicas pela UFSM/RS. E-mail: carolinecolpo@gmail.com.

³ Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador e bolsista IC, integrante do Grupo de Pesquisa CACTO – Comunicação, Afeto, Cultura, Trabalho e Organizações. E-mail: difelipe55@gmail.com.

⁴ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas e professora do Curso de Relações Públicas da UFPB. Vice-líder do Grupo de Pesquisa CACTO – Comunicação, Afeto, Cultura, Trabalho e Organizações. Doutora e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB e graduada em Comunicação Social - Relações Públicas pela UFPB. E-mail: maria.livia@academico.ufpb.br.

Aqui no Brasil, esse marco pandêmico aconteceu em março de 2020. O vírus, ainda desconhecido e sem cura ou tratamento conhecido, não chegou de forma diferente no país: a maioria da população se isolou para conter a contaminação que acontecia rapidamente, causando internações por casos graves e óbitos. Nessa realidade de isolamento pandêmico, cujas restrições duraram longos e penosos 2 anos, dentre as muitas implicações ocorridas, é pertinente destacar o contexto brasileiro: um governo negacionista, que além de ter sustentado uma rede de desinformação em todo o país, com opiniões pessoais e crenças se sobrepondo a fatos científicos, ainda negligenciou a compra da vacina em momento oportuno; rejeição ao isolamento social e ao uso de EPI's por quase metade da população; crise política e social com o aumento massivo do desemprego e do trabalho informal; a volta do Brasil ao mapa da fome da ONU e os escândalos de superfaturação na compra das vacinas e outros que foram investigados pela CPI da Covid.

A cultura brasileira com relação ao desempenho de funções de trabalho, requer que o trabalhador desempenhe suas atividades presencialmente, mesmo em postos de trabalho que poderiam ser realizados remotamente. Com a pandemia, muitos trabalhadores precisaram se ajustar às pressas a métodos de trabalho mediados por tecnologias, sem haver tempo e recursos suficientes para o demandado teletrabalho/*home-office*. Os trabalhadores da educação são exemplos de como os profissionais foram pressionados para dar continuidade às suas atividades laborais a despeito de toda dificuldade conjectural. Porém, a discussão também engloba os trabalhadores cujas funções não puderam ser plataformizadas, como os de construção civil, área de cultura e eventos, serviços autônomos que exigem contato com o público, entre outros.

É fato que o conceito de plataforma, conforme afirmado por Poell, Nieborg e Dijck (2020, p. 3), “tanto na academia quanto no mercado, sofreu várias mudanças importantes desde o início do novo milênio”. Com essa concepção, para o desenvolvimento dessa pesquisa, se fixará a definição trazida por Abílio, Amorim e Grohmann (2020, p. 36), para entender a plataformização como: “o processo de dependência de plataformas digitais para execução de atividades de trabalho”.

Observa-se que o processo de plataformização não é novo, mas tomou uma nova proporção a partir do início da pandemia, e no Brasil, ocasionou um impacto relevante nas relações de trabalho com a necessidade de implantação urgente, sem transição gradual para as adaptações necessárias. Nesta seara, este artigo tem por objetivo analisar a aceleração massiva da plataformização do trabalho em face da pandemia de Covid-19, com possíveis formas de

afecções na vida do trabalhador em regime de *home-office*/teletrabalho, com abordagem crítica ao neoliberalismo e sua contínua metamorfose identificada nos últimos anos.

A partir de método bibliográfico e exploratório, foram analisadas notícias e pesquisas de institutos, como também dados obtidos em outras referências acadêmicas. Inicialmente, abordou-se as implicações do trabalho plataformizado no Brasil; Em seguida, as diversas formas de precarização desse trabalho, e por fim, as afetações dessa relação na vida do trabalhador no contexto pandêmico.

O trabalho plataformizado no Brasil e suas implicações

De forma geral, é possível reconhecer que a plataformização do trabalho é um fenômeno que vem se acentuando com o passar dos anos, em virtude do crescente desenvolvimento tecnológico. No Brasil e no mundo, apesar de ser um assunto já amplamente abordado em diversos grupos de pesquisa e por diversos pesquisadores, o divisor de águas sobre o tema na sociedade foi a chegada de empresas de plataformas que comercializam serviços através de aplicativos como Uber, 99, iFood, entre outros do gênero. É necessário destacar que mesmo utilizando os aplicativos citados como exemplo, especialmente o Uber, a palavra “uberização” não será utilizada nesse artigo como sinônimo da “plataformização do trabalho” pois, concordando com Grohmann (2020), o termo “não recobre a multiplicidade de atividades de trabalho mediadas por plataformas além da própria Uber” (GROHMANN, 2020, p. 111-112).

A integração e normalização social do trabalho plataformizado, muitas vezes desregulamentado, acontece por meio do discurso neoliberal, enxertando a ideia que os trabalhadores desses aplicativos são “empreendedores”, que trabalham para si e que teriam, no trabalho por plataforma, mais conforto que em empregos formais regidos pelas leis trabalhistas. Esse discurso gera um debate social e acadêmico muito profundo, no que diz respeito às infinitas possibilidades de desigualdade social, insegurança no trabalho e, principalmente, precarização. A chegada da pandemia ao Brasil, segundo Leite (2020), torna possível

[...]visibilizar e elucidar as profundas desigualdades e fragilidades das sociedades capitalistas, ou seja, ela é capaz de exacerbar a capacidade destrutiva e insustentável do modo de produção capitalista e suas profundas desigualdades, fundadas em classe, gênero, raça/etnia, sexualidade, geração e demais marcadores sociais da diferença. (LEITE, 2020, p. 2)

Faz-se necessário entender, para contextualizar o que está sendo discorrido, que tais marcadores sociais de diferença que a autora apresenta, interferem diretamente no campo do trabalho na sociedade brasileira. Em março de 2020, a pandemia se expande até o Brasil e, com os decretos de isolamento social, a cultura de trabalho que ainda era presencial se inverte e muitos trabalhadores passam a trabalhar de casa, através de algumas plataformas digitais.

O processo de mudança brusca, sem transição alguma, para o trabalho *on-line*, digital, *home-office*, teletrabalho, ainda que existam diferenças legais entre eles (LEITE, 2020, p. 13), escancarou ainda mais o abismo (apro)fundado pelos marcadores sociais no país. Muitas pessoas não tinham acesso a equipamentos tecnológicos de qualidade que possibilitasse um bom desenvolvimento das atividades laborais, e às vezes utilizavam até o próprio celular para cumprir as demandas, por mais que a interface não facilitasse. Como versa Andrade (2021, p. 38), “é sabido que boa parte das empresas que deslocou os seus funcionários para o trabalho em casa não ofereceu sequer ajuda financeira”, deixando-os à mercê das suas próprias condições — ou ausência delas. Os problemas materiais para muitos se acumularam, como as contas de luz e água elevadas e outros serviços considerados essenciais que aumentaram consideravelmente de valores. Em contrapartida, algumas organizações puderam se gabar da redução de gastos com os mesmos serviços e, em consequência, aumentar seus lucros.

A (in)ação do Estado fez com que 8,1 milhões de trabalhadores(as) formais tivessem a jornada de trabalho e o salário reduzidos sob a égide da Medida Provisória (MP) 936/2020, em que o Estado, ao invés de tutelar os(as) trabalhadores(as), no que diz respeito ao emprego e a renda, facilitou os processos de rescisão contratual e/ou suspensão de contrato sem rendimentos. A MP estabeleceu, com inúmeros problemas, uma renda emergencial que duraria três meses e, diante da necessidade de ser ampliada, recebe a sinalização, por parte do Palácio do Planalto, de que se aprovada pelo Congresso Nacional haverá possibilidade de veto, pois os custos da manutenção do auxílio, nos termos atuais, ou seja, 600 reais, seriam demasiadamente altos para a União. (LEITE, 2020, p. 12)

É possível relacionar o texto citado acima com o que a autora continua a descrever, afirmando que “poderá haver, para uma categoria considerável de trabalhadores, uma intensificação de atividades com muitas vantagens para o capital e outras poucas para os(as) trabalhadores(as)” (LEITE, 2020, p.13). Claro que, além das vantagens materiais para o capital, Leite (2020) acrescenta algumas outras consequências como a individualização do trabalho, a derrocada da organização sindical em face do distanciamento físico, a tendência a redução e extinção de direitos trabalhistas, o fim da divisão trabalho-vida, entre outros, como parte dos marcadores sociais interferentes no mundo do trabalho.

Ainda nesse sentido, ao se discutir sobre plataformização, é pertinente entender que, quando o trabalhador adentra ao novo mundo de trabalho plataformizado, ele fica a mercê do que se pode chamar de um segundo chefe: o algoritmo⁵, sendo este, talvez, mais poderoso que o primeiro (o patrão), pois trabalha sorrateiramente e coletando dados constantes do trabalhador/usuário. No “capitalismo de plataformas” (GROHMANN, 2020), os dados tem a função de “formar e dar vantagens competitivas aos algoritmos, permitir a terceirização dos trabalhadores e a otimização e flexibilidade dos processos produtivos” (SRNICEK, 2016, p. 41-42⁶ *apud* GROHMANN, 2020, p. 114), ou seja, essa denominada

[...]dataficação age como um mecanismo de gestão e controle do trabalho, que é componente inclusive de uma lógica de acumulação a partir da usurpação dos dados dos trabalhadores, que são, a um só tempo, capital fixo e circulante. (FUCHS, 2017 *apud* GROHMANN, 2020, p. 114).

Mesmo em novo formato (e até em horário reduzido, por vezes), as organizações também adaptaram sua forma de vigiar e assegurar o exercício da função do trabalhador. Os pontos eletrônicos, sejam por geolocalização ou outras formas de registro, continuaram com seus algoritmos ativos, alguns adaptados, e registrando a presença ativa no trabalho, mesmo que realizado em casa. Percebe-se que essa forma vigiada de trabalho, “com o monitoramento de interações dos trabalhadores, agendamentos de atividades de trabalho tidas como *smart* e o gerenciamento do comportamento dos trabalhadores por meio de dados” (COULDRY; MEJIAS, 2019 *apud* GROHMANN, 2020, p. 114), passa a comprometer ainda mais o desempenho e o bem estar do trabalhador durante o período da pandemia e pós pandemia. Essa situação não afeta as pessoas apenas de forma física e material, mas também, e de forma especial, no contexto psicoemocional. Tais relações (não unicamente) contribuíram para a crescente precarização do trabalho plataformizado no período.

Precarização no contexto do trabalho plataformizado

A transição brusca do formato de trabalho totalmente presencial para remoto pareceu uma realidade possível e, para muitos, inovadora, já que existem hoje vários avanços tecnológicos que possibilitam o exercício de funções de forma remota ou de teletrabalho. Mas, se por um lado a mudança pode ser considerada inofensiva, do outro estavam milhões de

⁵ Grohmann (2020) explica que “Os algoritmos são, por um lado, parte crucial de novos mecanismos de gerenciamento e controle do trabalho, mas, por outro, não podem ser explicados apenas em volta de si mesmos, sem considerar a imbricação financeirização-dataficação em meio à totalização de uma racionalidade neoliberal empreendedora (DARDOT; LAVAL, 2016).” (GROHMANN 2020, p. 3).

⁶ As referências completas de citações trazidas por outros autores estarão dispostas na seção de referências bibliográficas deste artigo.

trabalhadores assalariados, sem condição financeira e que sentiram de forma extrema a nova realidade, principalmente os que desempenham funções que não puderam ser plataformizadas: construção civil, produção fabril e serviços autônomos que exigem contato direto com os clientes, como as áreas de beleza, eventos, etc. Além disso, aos trabalhadores que conseguiram desempenhar suas funções no formato plataformizado, suas empresas não disponibilizaram nenhum tipo de ajuda ou subsídio para o exercício laboral em casa. Sobre o assunto, Góes, Martins e Nascimento (2020 *apud* SOUZA, 2021) aprofundam a discussão descrevendo que

em nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), demonstram que, no Brasil, apenas 22,7% dos trabalhadores têm condições de realizar teletrabalho desde casa, sobretudo parcelas dos seguintes grupos: 65% dos cientistas e intelectuais; 61% dos administradores e gerentes; 41% dos técnicos de apoio administrativo; e 30% dos técnicos e profissionais de nível médio. (SOUZA, 2021, p. 6)

Ainda segundo os autores, “há uma correlação positiva entre o percentual de teletrabalho e a renda per capita dos estados brasileiros” (GÓES; MARTINS; NASCIMENTO, 2020, p. 6 *apud* SOUZA, 2021, p. 6). Vale ressaltar que, nesse caso, o termo “positiva” é utilizado pelos autores para significar a existência da correlação. Ou seja, é possível observar, ainda amparados com o pensamento de Souza (2021, p.6) que a maior parte da população brasileira não dispõe das condições básicas necessárias para exercer atividades de teletrabalho, corroborando a ideia dos marcadores sociais escancarados com a pandemia já citada anteriormente (LEITE, 2020). Até para os que possuem melhores condições sociais, “a forma abrupta com a qual ele [o regime de teletrabalho/*home-office*] foi adotado, tem resultado em sobreposição do trabalho com outras atividades diárias” (SOUZA, 2021, p. 6). Sendo assim, destrói, muitas vezes, as barreiras existentes entre vida pessoal e trabalho, tornando-as praticamente uma coisa só. Essa unificação entre vida pessoal e trabalho em si acarretou outra questão: o aumento da carga horária de trabalho.

A pesquisa de Abílio e colaboradores (2020) confirma que, durante a pandemia, houve aumento da jornada de trabalho, uma vez que o percentual daqueles que trabalhavam até oito horas diárias aumentou de 38,2% para 43,3%, e entre os que trabalhavam mais de nove horas por dia, o aumento foi de 54,1% para 56,7%. (SOUZA, 2021, p. 8)

O autor prossegue afirmando que, apesar desse aumento de carga horária, a remuneração permaneceu a mesma, “uma vez que 58,9% dos sujeitos da pesquisa apresentaram queda nos rendimentos.” (SOUZA, 2021, p. 8). Isso gerou grandes lucros para

as organizações e os empresários, que passaram a ter mais tempo de mão de obra pelo mesmo valor, e sem os custos de sustentar uma infraestrutura física para acomodá-la. A mesma pesquisa constata que a maioria desses trabalhadores teve que arcar com os equipamentos de proteção individual (máscaras, álcool em gel e afins), itens também essenciais no período de prevenção ao coronavírus, o que agrava ainda mais a situação de precarização destes trabalhadores.

Cabe aqui fazer um paralelo importante: mesmo nessas situações extremas e, em especial, nesse processo pandêmico que derrubou as fronteiras da ilusão de democracia social e racial no país (apesar dos discursos contrários), como já foi comentado preliminarmente, é relevante observar que o sistema capitalista e neoliberalista passa despercebido no olhar da sociedade que critica as posições e políticas tomadas durante a pandemia. Na verdade, segundo Leite (2020), esse efeito de despercepção é resultado de um projeto neoliberalista pensado há muitos anos que vem se concretizando com as crises do sistema, em especial com a crise de 2008⁷, trazendo novos elementos para o seu projeto de dominação.

Leite (2020) observa que, ao contrário do que era prognosticado, o pós-crise de 2008 trouxe uma nova roupagem ao neoliberalismo, se estabelecendo e se movendo de forma mais diversificada. Também acontece o avanço expressivo e o surgimento (em países que não existiam movimentos) da extrema-direita em todo o mundo “utilizando-se de uma aprofundamento do discurso neoliberal transmutado” (LEITE, 2020, p. 6), que culmina com a eleição de Donald Trump nos EUA, e que carrega consigo a deterioração da democracia, dos direitos humanos e trabalhistas, e o fortalecimento de violências de gênero, raça e sexualidade.

As “políticas de austeridade”, assim denominadas por Leite (2020), recaíram de forma direta no trabalhador com as reformas trabalhistas e previdenciárias (que, no caso brasileiro, será comentado mais à frente), aumentando a taxa de desemprego e subemprego, “na informalidade, na precarização, no aumento das desigualdades, da pobreza, da polarização social e política diante dos ajustes que excluem cidadãos do acesso a serviços e direitos” (LEITE, 2020, p. 8-9).

⁷ A crise financeira de 2008 nos Estados Unidos ocorreu devido a uma chamada bolha imobiliária, ou seja, um grande aumento no preço dos imóveis, não pela valorização de áreas, mas pela grande procura, causada graças aos empréstimos oferecidos por diversos bancos à população para financiarem seus imóveis, mesmo com a falta de comprovação de renda suficiente para quitá-los. Nisso, quando os bancos aumentaram a taxa de juros dos empréstimos, muitas pessoas não conseguiram mais pagar as parcelas e, assim, esses bancos não tinham mais dinheiro para manter suas operações, o que desencadeou a crise, colapsando as bolsas de valores ao redor do mundo. Fonte: **Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu?** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>>. Acesso em 05 mar. 2023.

Como se pode perceber, a lógica do capital é destrutiva e não há barreiras para que, em razão da ânsia de sua permanência, o trabalho seja precarizado e seus efeitos sejam *glamourizados* como tendência para um futuro que teria chegado em meio à crise. (ANDRADE, 2021, p. 38)

Nesse sentido, o sistema “mostra-se dotado de grande plasticidade, de grande capacidade de metamorfosear-se não apenas para se manter, mas também para aprofundar o seu domínio” (LEITE, 2020, p. 9).

Ainda nesse contexto da plasticidade do sistema capitalista, observa-se também as diferentes formas como a classe trabalhadora foi afetada na circunstância dessas políticas austeras, considerando também o contexto da “racionalidade neoliberal, que tudo mercantiliza e individualiza” (DARDOT; LAVAL, 2016 *apud* LEITE, 2020, p. 9). Isto posto, consideremos que tem-se discutido, até então, experiências de trabalhadores que tenham a possibilidade do *home-office*. Contudo, existiram também os trabalhadores cujos empregos não puderam ser mantidos, a grande maioria deles, pessoas sem formação acadêmica, com empregos de nível médio e até um salário mínimo. O desemprego já era um problema expressivo no país, que governos anteriores promoviam diversas medidas para tentar fazer com que a população pudesse ter um trabalho digno (ou melhor, apenas um trabalho, já que muitas vezes a dignidade ficava apenas no discurso), para colocar comida na mesa da família.

Com essa conjuntura e em um período de calamidade pública em saúde que acarretou uma crise social, muitas pessoas ficaram à mercê de uma política de assistência social do Estado que, mergulhado nos interesses neoliberais, minimizava os riscos e impactos da pandemia. Essa política, na verdade, só foi adotada a partir da pressão das bancadas de oposição na Câmara e no Senado, resultando no auxílio emergencial, que teve seu pagamento iniciado com muita relutância pelo governo, como visto anteriormente (LEITE, 2020, p. 12), mas que logo em seguida enxergou como uma medida eleitoreira, e estendeu os auxílios e supostos benefícios também aos trabalhadores informais.

Nessa complexa conjuntura, milhares de pessoas que, para garantir seu sustento, tiveram a necessidade de trabalhar de forma informal, se arriscando no meio da pandemia com o contágio do vírus em alta, ainda sem vacina, com EPI's de pouca eficácia, em aplicativos de delivery ou prestando serviço pejotizado⁸, sem nenhum direito garantido.

⁸ Como definição, o trabalho pejotizado “[...] trata-se de modalidade onde uma empresa, ou pessoa jurídica (PJ) é constituída para a prestação de serviços, com contornos e características de relação de emprego.” (REMEDIÓ; DONÁ, 2018, p. 70)”

Segundo dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua⁹, realizada por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil ganhou 1,42 milhão de trabalhadores informais entre o primeiro trimestre de 2020, início da pandemia, e o primeiro trimestre de 2022. Já relacionado aos aplicativos, segundo o Instituto Locomotiva¹⁰, em fevereiro de 2020, apenas 13% da população adulta dependia de aplicativos para complementar ou garantir renda. Em 2021, esse número pulou para 20%, o equivalente a 32,4 milhões de pessoas.

Na verdade, as duas categorias, de trabalhadores formais plataformizados e de trabalhadores forçadamente informais, sofreram com o ataque e a derrocada dos direitos trabalhistas, que se iniciou com o processo da (contra)reforma Trabalhista e da Previdência¹¹ para a primeira categoria citada; e para a segunda, com a desregulação do trabalho informal (uberizado, pejetizado - e que sempre foi irregular) dentro da lógica neoliberal de favorecimento ao capital, e a inexistência de qualquer direito. O que é possível observar, de fato, é que a pandemia intensificou as camadas de precarização do trabalho, afetando de forma linear os trabalhadores: de um lado os mais favorecidos com menos intensidade, até chegar a outra extremidade e a negação total do trabalho.

As afecções do novo modelo de trabalho

De acordo com Deleuze, que cita Spinoza (2002), a afecção “é um efeito, ou a ação que um corpo produz sobre um outro”. Mas, o que aconteceu com o trabalhador quando as afecções humanas foram limitadas e substituídas? Assis (2020) descreve algumas outras situações que desenrolaram durante essa privação da afetação provocada pela relação direta com seres humanos, atingindo a saúde física e psicoemocional do trabalhador em *home-office*:

Uma delas, a falta do convívio entre os colegas, o que proporciona a troca de ideias e experiências e acaba contribuindo no trabalho, agregando no todo as ideias de cada um. Um dos aspectos mais complexos do auto isolamento ou

⁹ **Brasil ganha 1,4 milhão de informais em apenas 2 anos.** Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/brasil-ganha-14-milhao-de-informais-em-apenas-2-anos.shtml#:~:text=O%20Brasil%20ganhou%201%2C42>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

¹⁰ **Cerca de 11,4 milhões de brasileiros dependem de aplicativos para ter uma renda.** CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/cerca-de-11-4-milhoes-de-brasileiros-dependem-de-aplicativos-para-ter-uma-renda/>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

¹¹ Para recordar brevemente, a Reforma Trabalhista flexibilizou os direitos garantidos pela CLT ao trabalhador referente a férias, jornada de trabalho, plano de carreira, deslocamento, entre outras questões abordadas, sempre deixando em aberto para “negociação” entre patrão e empregado. Já a Reforma da Previdência aumenta a idade mínima e o tempo de contribuição para homens e mulheres se aposentarem, obrigando-os a trabalharem por mais tempo, como também o valor do benefício a ser recebido. As duas aconteceram em 2017, no governo Michel Temer. Fonte: **Veja principais pontos das reformas trabalhista e da Previdência.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-principais-pontos-das-reformas-trabalhista-e-da-previdencia.ghtml>>. Acesso em: 23 fev. 2023.

do trabalho remoto é administrar a solidão, que já é um problema cada vez maior entre os trabalhadores. A solidão é ruim para a mente e para o corpo, aumentando o risco de pressão alta, obesidade e alterações emocionais, como ansiedade ou depressão. (ASSIS, 2020, p. 212-213)

O resultado dessas questões pode ser observado tempo depois do início do isolamento¹²: houve um aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo, com jovens e mulheres entre os mais atingidos, segundo o estudo. Ao direcionar o olhar sobre a situação das mulheres durante esse período, se torna ainda mais complexo. Conforme Assis (2020),

Com os filhos em casa, sem aulas, e sem a possibilidade de pedir ajuda aos avós – crianças são assintomáticas e podem transmitir o vírus para adultos e os mais velhos –, sobra para as mães a maior parte das tarefas. Nunca é demais lembrar que, de acordo com o relatório da pesquisa Pnad Contínua, divulgado em 22/05/2019, das 71 milhões de residências existentes no Brasil, no ano de 2018, 55% eram chefiadas por homens e 45% por mulheres. Para as mulheres, o aumento foi de 1,8 milhões de casas entre 2017 e 2018, passando de 30,3 milhões para 32,1 milhões. (ASSIS, 2020, p. 13)

Até o momento, é perceptível que a precarização do trabalho plataformizado, apesar de acontecer com grande parte dos trabalhadores, atinge cada pessoa de forma totalmente diferente. Isso tendo em vista as individualidades e recortes de identidade de cada indivíduo, que aqui tem sido denominado, de acordo com Leite (2020), como “marcadores sociais”, e também as diferentes formas de convívio no espaço laboral, que criam formas diferentes de afetação nas pessoas e, consequentemente, formas distintas de reação.

Assim, pode-se discorrer também sobre a diferença brutal entre os contatos físicos para os digitais: de pessoas, conversas, interações humanas, a interações apenas digitais e abarrotadas de notícias sobre agravamento da pandemia, mortes e afins. Santos e Oliveira (2022, p. 94) fazem entender que todas as pessoas foram afetadas de alguma forma em algum ponto da pandemia, “geralmente tendo sua potência de agir reduzida”. As autoras ainda citam Franco (2020 *apud* SANTOS; OLIVEIRA, 2020, p. 94), que explicita que “todas as pessoas no contexto da pandemia são acometidas em algum grau de sofrimento mental”. Aqui, diante do exposto no desdobramento da discussão, consegue-se afirmar que esse sofrimento mental

¹² **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo** - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em>>. Acesso em 13/02/2023.

pode ser maior ou menor, a depender do lugar social do indivíduo e sua intersecção identitária de raça, classe, entre outros.

Diante do exposto até o momento, é possível identificarmos formas de afecções causadas pelo trabalho plataformizado no dia-a-dia do trabalhador em teletrabalho/*home-office*, os elementos que potencializaram tais afecções e os danos causados ao trabalhador em diversos contextos, não apenas o social, mas também no que diz respeito a saúde física e psicoemocional. O quadro abaixo (Quadro 1), sintetiza possíveis afecções causadas em virtude do trabalho plataformizado:

Quadro 1 - Possíveis afecções provocadas pelo trabalho plataformizado

Possíveis afecções em virtude do trabalho plataformizado	Elemento potencializador	Possíveis danos
Individualismo	Trabalho remoto sem contato entre trabalhadores.	Desmobilização da categoria, competitividade, perda de direitos trabalhistas.
Privação	Aumento das contas (água, energia, internet) sem subsídios por parte do empregador; aumento do preço dos alimentos e outros itens.	Agravamento de problemas de saúde mental; danos materiais na manutenção dos itens básicos de sobrevivência digna.
Acumulação	Exercício da função laboral em casa/espço pessoal; falta de espaço adequado, falta de privacidade.	Danos emocionais, na saúde mental e no arranjo familiar.
Solidão	Isolamento de contato com outras pessoas do convívio	Problemas como hipertensão e diabetes; alterações emocionais, podendo causar ansiedade e depressão
Sobrecarga	Aumento das horas trabalhadas	Danos na saúde mental

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nas possíveis afecções acima descritas, é possível observar que todas elas têm pontos em comum: além de atingirem de forma direta a saúde mental e física do trabalhador, e provocarem danos materiais, elas se relacionam diretamente com a estrutura e o discurso neoliberalista que foi discutido ao decorrer desta pesquisa. O individualismo, maximizado pelo trabalho remoto e fruto da racionalidade neoliberal mercantilista (DARDOT; LAVAL, 2016 *apud* LEITE, 2020, p. 9), levou à desmobilização dos trabalhadores de seus sindicatos de categorias, consequentemente, dificultando a fiscalização do cumprimento das leis regentes

das respectivas profissões, como também a cobrança para a garantia e manutenção dos direitos trabalhistas.

O isolamento e a precarização do trabalho plataformizado também afetaram a saúde financeira dos trabalhadores, que vivenciaram o aumento das suas contas e a estagnação da remuneração recebida mensalmente. Tal afecção também se relaciona diretamente com o agravamento da saúde mental da classe, que também já é continuamente prejudicada pelo fim da divisão entre vida pessoal e trabalho, pela solidão vivenciada no isolamento do contato humano e pela sobrecarga das demandas de trabalho no regime de plataformas.

Tudo isso pressupõe um discurso neoliberal totalmente renovado e mais diversificado (LEITE, 2020), que, nesse caso, minimiza os impactos da pandemia e foca apenas na valorização do capital (e de quem o detém, diga-se de passagem) em detrimento da saúde da classe trabalhadora.

Considerações Finais

A esse ponto, é impossível não afirmar que a pandemia transformou a nossa forma de viver, de produzir e de enxergar o mundo, e como temos analisado até aqui, essa transformação atingiu também o mundo do trabalho, trazendo consequências que afetam diretamente a vida do trabalhador brasileiro, inclusive no sentido pós-pandêmico. Portanto, diante da discussão trazida ao decorrer deste artigo, é possível observar que houve um processo de aceleração massiva da plataformização do trabalho em face da pandemia de Covid-19, tendo em vista a necessidade de isolamento urgente, e a manutenção do emprego dos trabalhadores pelo país, que precisavam continuar recebendo seus subsídios mensalmente para manter-se.

Esse processo de plataformização, sem transição suficientemente planejada que possibilitasse a adaptação do trabalhador e com seu período muito mais extenso que o esperado, provocou uma série de novas afecções na vida desse trabalhador que, tendo as interações com seres humanos limitadas, e substituídas quase totalmente por interações através de mídias digitais e dispositivos, se viu completamente isolado do contexto social, adaptando sua rotina laboral para o contexto pessoal e unificando esses dois lados da vida (SOUZA, 2021).

Os efeitos dessas afetações no período de isolamento são, em suma, negativos: além de comprometer a saúde física dos trabalhadores, também afetaram de forma mordaz a saúde psicoemocional dessas pessoas, o que gerou um aumento exponencial nos casos de ansiedade

e depressão em todo o mundo e também no Brasil, como visto anteriormente. Esses efeitos negativos podem ainda ser maximizados quando recordamos que cada trabalhador é atravessado por algum tipo de marcador social, conceito trazido por Leite (2020) à discussão, como raça/etnia, gênero, sexualidade, classe, geração, regionalidade, entre outros.

Cabe ainda ressaltar que, mesmo na individualidade da situação de cada trabalhador, a sociedade brasileira, guiada pelos ideais neoliberalistas, não se importou em considerar tais marcadores sociais, principalmente o de classe social, e ao enviar os trabalhadores para o regime de teletrabalho/*home-office*, não ofereceu nenhum tipo de ajuda para o exercício da função laboral em casa, seja para custear o aumento na conta de energia e internet, ou ajuda de infraestrutura tecnológica para aqueles que não tinham condição de custear o equipamento.

Ao contrário disso, o que impactou negativamente os rendimentos do trabalhador, foi inversamente proporcional para grandes empresas, que lucraram ainda mais com a ausência do trabalhador nas suas sedes. Sem precisar gastar com energia, água, limpeza, internet, e talvez custeando apenas o básico para a não-deterioração do prédio, muitas empresas puderam se declarar “sustentáveis” com a suposta economia de gases que provocam o aquecimento global. Mas esse discurso, que para nós representa a “plasticidade” do capitalismo, ou seja, sua grande capacidade de se transformar (LEITE, 2020, p. 9), é apenas “cortina de fumaça” para a enorme quantidade de dinheiro economizado e transformado em lucro.

Por fim, ainda é desconhecido como estas mudanças impactam, em sua totalidade, as organizações e seus trabalhadores, pois, com o imbricamento de novas afecções em virtude de novos modelos de trabalho, os trabalhadores estão sujeitos a situações que tendem a ser negativas em relação aos seus direitos, principalmente em virtude da contínua desmobilização dos grupos, que afastados fisicamente em virtude da plataformização, perdem força de coesão, tendem a sofrer alienação e a serem vítimas de discursos neoliberais, adaptando-se à escassez de direitos e a exploração de sua força de trabalho.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, p. 26-56, 2021.

ANDRADE, A. C. P. DE A. O futuro antecipado: como o “grande confinamento” impactou as relações de trabalho. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, p. 33-41, 1 abr. 2021.

ASSIS, Denise. Home Office promete ser um dos principais legados da pandemia do coronavírus. **AUGUSTO, Cristiane B.; SANTOS, Rogério D. Pandemia e pandemônio no Brasil. São Paulo: Tirant Lo Blanch**, p. 206-218, 2020.

Franco, T. B. (2020). O Cuidado à Saúde Mental em Tempos de Pandemia de Covid-19. Boletim SSRJ, edição 176, Ano. XLVIII. Rio de Janeiro.

GOES, Geraldo S.; MARTINS, Felipe S.; NASCIMENTO, José A. S. Nota Técnica: potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato no Brasil e no mundo. **Carta de Conjuntura**, n. 47, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/porta/images/stories/PDFs/conjuntura/200608_nt_cc47_teletrabalho.PDF. Acesso em: 22 fev. 2023.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 1, 2020.

REMEDIO, José Antonio; DONÁ, Selma. A pejotização do contrato de trabalho e a reforma trabalhista. **Revista de Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 4, n. 2, p. 61-79, 2018.

SANTOS, M. C. V.; OLIVEIRA, B. T. G. M. DE. Pandemia por Covid-19: novas afecções na relação do Agente Comunitário de Saúde com a comunidade. In: **Experiências de cuidado e trabalho em saúde na pandemia de Covid-19**. Porto Alegre/RS: Editora Rede Unida, 2022. p. 92–108.

SOUZA, D. DE O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 1 jan. 2021.